



Anais da Assembléia

Nº 75

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1980.

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 73.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1980

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Vice-Líder, indica o Deputado Adalberto Daros, para integrar a Comissão Especial que estudará assuntos relacionados com a Ilha do Mel.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na condição de Líder do PP, comunico a Vossa Excelência que o Sr. Deputado EDILSON ALENCAR, foi indicado para compor a representação do PP na Comissão Especial que avaliará a situação da Ilha do Mel.

Vaiho-me da oportunidade para renovar meus sentimentos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL.

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na condição de Líder do PDS, comunico a Vossa Exce-

lência que os Srs. Deputados GABRIEL MANOEL, FRANCISCO ESCORSIN, AGUINALDO PEREIRA LIMA, RENATO BUENO, JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA, foram os indicados para comporem a representação do PDS, na Comissão Especial que avaliará a situação da Ilha do Mel.

Vaiho-me do ensejo para renovar meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário desta Casa, solicita regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 45, 47 e 48/80.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) CYRO MARTINS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações e aplausos pela passagem do 56.º aniversário da Rádio Clube Paranaense (PRB-2).

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Clube Paranaense, que nesta data completa 56 anos, é a terceira emissora a entrar em operação no País, e a segunda ainda em funcionamento.

Ao longo de seus 56 anos, prestou importantes e relevantes serviços à comunidade paranaense e brasileira, pautando em sua linha de programas pela informação honesta, correta e imparcial, e procurando através de programas musicais, humorísticos, culturais e de curiosidade, oferecer o melhor em termos de entretenimento ao seu público ouvinte.

A Rádio Clube Paranaense, conhecida popularmente por PRB2, é uma das mais possantes emissoras brasileiras, e mais potente do Paraná, operando em Ondas Médias, Curtas de 49 e 25 metros, bem como em Frequência Modulada. (FM estéreo).

Muito breve também operará em 31 metros, e terá sua potência aumentada.

Desta forma ainda atingirá pontos mais distantes de nosso País, bem como do exterior, onde hoje já tem uma excelente penetração e presença, e com o aumento de potência esta penetração e presença serão ainda maiores.

A Rádio Clube Paranaense, em comunicação, realmente é uma das formas mais marcantes da vida paranaense.

Por seu quadro de funcionários passaram ilustres e importantes personalidades, algumas das quais em atividade em elevadas funções da vida pública municipal, estadual e federal.

O seu quadro atual de funcionários conta com profissionais do mais alto gabarito e senso deresponsabilidade que procuram manter a imagem e a linha de conduta sempre exemplar da tradicional e querida emissora da terra dos pinheirais.

Em caso de aprovação do presente, solicito que a direção e os funcionários da referida emissora sejam comunicados da decisão da Casa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Esportes, Turismo e Cultura, solicitando seja construído um conjunto de quadras de esportes polivalentes na Cidade de Jaguapitã, que atualmente não possui áreas para a prática de esportes, inclusive as aulas de Educação Física ao elevado número de estudantes jaguapitaenses, vêm sendo ministradas nas ruas adjacentes aos colégios, pondo-os em constantes perigos quanto a acidentes de trânsito.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado do Interior, no sentido de que o Estado conceda recursos para a perfuração de um poço semi-artesiano e conseqüentemente a execução de rede de abastecimento de água no Distrito de Mendeslândia, Município de Nossa Senhora das Graças.

A presente solicitação se prende ao fato das dificuldades que passam os moradores do referido distrito, principalmente na época de seca, quando tem que se deslocar até as fontes próximas para seu abastecimento de água potável.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Renato Antônio Johnsson, Governador do Estado e Secretário de Estado do Interior, respectivamente, no sentido de que a SANEPAR proceda a construção de uma caixa d'água elevada com a construção da extensão da rede d'água na Cidade de Nova Aurora.

Tal solicitação se faz em virtude das grandes dificuldades que passa a população de Nova Aurora, principalmente pela população dos bairros que têm de se utilizar de poços muitas vezes contaminados, para abastecerem d'água.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Renato Antônio Johnsson, Digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado do Interior, solicitando a concessão de recursos financeiros à Prefeitura de Nossa Senhora das Graças, a fim de que sejam construídos meios-fios, sarjetas e galerias pluviais, dentro do programa de desenvolvimento urbano, na sede do município.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário,

sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Edson Machado de Souza, Digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, solicitando que a EMOPAR, proceda reparos gerais no Grupo Escolar Professor Newton Guimarães e na Escola de Aplicação "Doutor Nilson Ribas", do Município de Jaguapitã.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas informações à Secretaria da Agricultura, EMATER/PR e IAPAR, sobre as razões, objetivos, a que custo, os ilustres Srs. EUGÊNIO STEFANELLO — Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, ALVIR JACOB — Executor Estadual do Comércio e Uso Adequado dos Defensivos Agrícolas -, representante do IAPAR e de Cooperativas, que viajaram à Iugoslávia, segundo conta, com finalidade de apreciar, analisar e conhecer um produto denominado AGROSTEMIN, considerado "estimulante biológico de origem vegetal", cujos efeitos na lavoura tem resultados "milagrosos", em que pese o mesmo há mais de três anos à disposição dos agropecuaristas do Brasil.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 90/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Uniflor um (01) trator de esteira marca Fiat, prefixo 6, modelo A-D7/B, ano 1968, motor e chassis n.ºs 562.975, Serie 70-Cl, de propriedade do Estado, que vem prestando serviço na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1980.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo-se o alto custo de equipamento rodoviário e a dificuldade porque passam os municípios, nada mais justo do que proceder-se essa doação.

Propõe o município a ser contemplado, reparar o mencionado veículo e mantê-lo em perfeito funcionamento, para que o mesmo possa conservar suas estradas, visando o escoamento de suas safras e dando melhores condições a seus usuários.

Contamos com o apoio dos ilustres Pares no apoioamento e aprovação do presente plano de lei, medida essa que só virá beneficiar a população obreira do Município de Uniflor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No próximo dia 11, Antonina viverá um dos seus maiores dias, eis que está programado, para aquele dia, a reativação da Rede Ferroviária Federal, também, a reativação do Porto, que sofrerá uma dragagem na bacia de evolução e no canal de acesso ao Porto de Antonina; nesse dia, descerá a Antonina uma litorina especial, com dois Ministros, o dos Transportes e o de Minas e Energia, bem como irá também, o Sr. Governador do Estado, Secretário, que farão a viagem inaugural da reativação

da Rede.

Não é necessário dizer aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente, da importância que significa para a Cidade de Antonina, isto porque, se aquela cidade recebe carvão do Estado de Santa Catarina, carvão este que necessário será remetê-lo através de vagões para o Interior do Estado, é anti-econômica a forma como estava sendo procedida a remessa de carvão para o Interior, através da estrada de rodagem - via rodoviária.

O Porto receberá navios com maior calado, que permitirá um progresso inusitado à Cidade de Antonina.

Pretendíamos, segunda-feira, fazer um apanhado, um discurso, com maiores informações, porém, em virtude desta ser a última sessão, não queríamos perder a oportunidade de apresentar nossos cumprimentos ao Sr. Governador do Estado e aos Srs. Ministros que trarão um recurso na ordem de duzentos milhões de cruzeiros - cinquenta milhões para a dragagem do Porto, e cento e cinquenta, para a dragagem do canal de acesso.

Acreditamos que será um marco decisivo para que Antonina possa seguir a sua trajetória, sem embargos, sem dificuldades, buscando novos horizontes a fim de que o seu povo até hoje esquecido tenha, a partir do dia 11, uma redenção para a cidade, para o seu Porto e para a sua gente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A data de hoje no meio das comunicações de nosso Estado é altamente significativa e importante; este 27 de junho marca a passagem do 56.^o aniversário de fundação da Rádio Clube Paranaense, a tradicional e querida B-2, uma das mais possantes e queridas emissoras brasileiras e a mais possente emissora do Paraná - operando em 4 faixas de onda - em ondas médias, curtas, de 25 e 49 metros e em frequência modulada FM estéreo.

Hoje, a Rádio Clube pertence à Fundação Nossa Senhora do Rocio, e continua a levar, como o fez há 56 anos passados, a mensagem do Paraná, a todo o Brasil e ao exterior, a Rádio Clube Paranaense é ouvida em todos os recantos brasileiros, é ouvida também no exterior, segundo cartas que esta emissora recebe permanentemente.

E nós, radialistas há muito tempo e que iniciamos as nossas caminhadas no rádio, justamente na Clube Paranaense, estamos eufóricos, satisfeitos, alegres e felizes, por vermos a passagem dos 56 anos da Clube Paranaense e por isso, assomamos à tribuna nesta manhã para levarmos os nossos aplausos, as nossas congratulações a atual direção da Rádio Clube Paranaense, aos funcionários que procuram fazer desta Casa de comunicação, o veículo honesto, imparcial e de conduta reta, no sentido de bem informar, no sentido de levar a alegria, no sentido de levar o entretenimento ao público paranaense, ao público brasileiro e até aquele mesmo público que está no exterior acompanhando as coisas do Paraná, pela Clube Paranaense.

É o registro que tínhamos a fazer nesta data importante e significativa para o meio de comunicação do Estado do Paraná, aniversário da Rádio Clube Paranaense.

Um outro assunto que nos traz à tribuna nesta manhã, é um assunto que realmente registramos com muito pesar e com muita tristeza.

A Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa, tem se reunido permanentemente nestes últimos tempos, isto porque, as denúncias em torno de atitudes inconvenientes, de atitudes arbitrárias, de atitudes marginais de policiais, têm sido uma constante.

Diariamente, membros da Comissão de Segurança desta Casa, são procurados por pessoas simples, pessoas modestas e até mesmo de um nível melhor, que não são atendidas pela polícia ou são maltratadas, ou recebem represálias daqueles que são os homens encarregados de oferecerem segurança e garantia.

O quadro que vivemos nos dias atuais, é realmente chocante e triste.

Agora, ainda neste momento, está em meu gabinete, aqui na Assembléia, o Sr. João Mesquita, que conheço muito bem. É operário da Prefeitura Municipal. Ontem, recebeu o seu salário e encontrou-se com o sogro e alguns amigos, foi tomar uma cervejinha nas proximidades da sua casa e quando retornava, por volta de 21 horas, foi detido por policiais militares e levado a um determinado ponto, foi despojado em seus pertences, de seu dinheiro, de tudo o que carregava.

Então, os policiais é que estão assaltando. E, quando a Comissão de Segurança desta Casa se interessa em esclarecer os assuntos, o Comando da Polícia Militar, estranhavelmente, não manda o oficial para depor.

Mas, a Comissão de Segurança desta Casa, mesmo no período de recesso vai se reunir para definir qual a linha de conduta a ser adotada ante essa atitude do Comando da Polícia Militar.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Quero, com satisfação, fazer o registro da designação do primeiro titular efetivo da Agência do Paraná da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), na pessoa do jornalista Aroldo Murá Gomes Haygert.

Trata-se de um acontecimento duplamente grato para todos nós. Em primeiro lugar, porque vemos implantar-se no Paraná, com toda a sua estrutura legal e executiva, o órgão que operacionaliza a política de comunicação social do Governo Federal, formulada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - a SECOM.

É motivo de júbilo, também, saber que a agência paranaense da EBN assume, a partir de agora, caráter de maior importância para a cúpula diretiva da Empresa, diante da inequívoca constatação de que, além de ser um dos Estados melhor providos em termos de telecomunicações e em número de veículos de comunicação social, destaca-se, igualmente, por sua relevância política. Daí, o grande interesse manifestado pelo próprio Ministro Said Farhat - e que já vem sendo posto em prática -, no sentido de dotar a EBN paranaense de todas as condições humanas e tecnológicas para bem cumprir o seu papel em nosso Estado.

A segunda razão que torna este evento duplamente grato, diz respeito diretamente à escolha de Aroldo Murá para a direção local da EBN. Profissional com 20 anos de atuação no meio jornalístico, a cuja cultura, honestidade e dedicação muito deve a comunidade paranaense.

Dono de um invulgar prestígio no meio de sua categoria profissional, a competência de Aroldo Murá extrapola o âmbito do jornalismo, para dirigir-se a muitos outros segmentos do conhecimento humano.

Exerceu, sucessivamente, a partir de 1960, ano em que iniciou sua carreira profissional através do "Diário do Paraná", e nessa redação tive eu o prazer de militar com Aroldo Murá, inúmeras funções, tanto no serviço público como na iniciativa privada.

Cito, como mais relevantes, suas passagens pelos jornais "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro, "Revista Esso", "Cor-

reio de Notícias", de Curitiba, e a direção do semanário católico "Voz do Paraná" durante mais de dez anos. Foi ainda assessor de imprensa da PARANATUR, Secretaria de Governo e Secretaria do Planejamento, Conselheiro da Fundação Cultural de Curitiba, do Centro Cultural Brasil-Estados Unidos e da Cooperativa dos Jornalistas de Curitiba, Aroldo Murá exerceu também o magistério na Universidade Católica do Paraná, curso de Comunicação Social.

Enfim, Srs. Deputados, estamos diante de um profissional amplamente capaz para as elevadas funções para as quais acaba de ser designado, honrando, deste modo, a categoria profissional a que pertence — e à qual também me dedico na minha vida particular.

A Aroldo Murá minhas homenagens, e votos de que novamente, caracterize com o costumeiro êxito, esta sua investidura como diretor regional da Empresa Brasileira de Notícias.

E à Secretaria de Comunicação Social, minhas felicitações pela decisão de dar nova vida à agência regional da EBN, assim como pela feliz escolha do jornalista Aroldo Murá para dirigi-la."

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Tércio Albuquerque, em um pronunciamento diz aqui que esteve em Brasília, e que lá ouviu um conselho e que vem aqui e pretende dar esse mesmo conselho à Oposição.

De uns tempos para cá, nós da oposição não estamos entendendo mais as coisas realmente que estão acontecendo; porque, não sei se isso é fruto da ditadura que está instalada há tanto tempo neste País, mas políticos estão se arvorando em apontar caminhos para os outros.

Vejam bem, diz o seguinte, um trecho do pronunciamento do Deputado Tércio Albuquerque, se referindo às oposições: "Saíam do mundo da fantasia e escolham entre o controle inflacionário do atual Governo, com Delfim e Figueiredo ou a recessão". É este o conselho que o Deputado Tércio Albuquerque está trazendo de Brasília para a Oposição do Paraná, para escolher entre o controle inflacionário do Sr. Figueiredo e do seu gordíssimo Ministro ou a recessão.

Estão dizendo assim para a Oposição: olha, vocês que escolham, pretendem levar cinquenta chibatadas no lombo ou 52? Este é o caminho, a perspectiva, que estamos entendendo de um trecho do discurso que foi feito por um Deputado desta Casa, do Partido do Governo.

Da mesma maneira que nós, da Oposição, não aceitamos o binômio prorrogação, porque é uma chantagem governista, também não vamos aceitar o conselho de ninguém que está no Governo ou apoiando este Governo; porque é um Governo ilegítimo, fruto de um golpe militar que nós, da Oposição, temos a obrigação de denunciar em todos os cantos deste País. Acreditamos na força das massas populares que estas sim, dão o caminho da libertação do povo brasileiro. Queiram ou não os que estão no Governo, ou aqueles que lhes são subservientes.

Queremos deixar bem claro que não vamos aceitar nada dos homens (do Governo) que estão no Governo. Quando falamos, escrevemos e na prática, lutamos pela realização de eleições, já vêm os conselheiros dizer que somos demagogos, que nós que não queremos eleições. (Nem tem) Conturbam a opinião pública, porque como já se falou ontem aqui, usam duas linguagens, uma de consumo popular para ver se continuam enganando o povo, para colocar voto na urna, para

vir aqui defender, acobertar um Governo incompetente e ilegítimo e, no outro lugar, usam outra linguagem. Dois pesos e duas medidas. Dois comportamentos que, para nós da Oposição, são muito claros, muito cristalinos, e não enganam ninguém.

Temos suficiente amadurecimento, Sr. Presidente, suficiente embasamento programático, ideológico, para não nos submetermos a conselhos de falsos conselheiros que vêm colocar, diante de nós, uma perspectiva que não diz nada, que não é perspectiva, é o caminhar para o cemitério. Dizem que são realistas. Realistas somos nós, da Oposição, que levantamos através de constatações em todo o País, que este Governo está separado do povo e procura, através de uma política mentirosa e falsa, de jogadas divisionistas que não nos enganam, se perpetuar no Poder.

Fica bem clara a posição da Oposição. O nosso conselheiro é o povo. Este, nós estamos ouvindo e dispensamos, de muito bom grado, os conselhos daqueles que estão dentro das legendas que apoiam e sustentam este regime semimorto que está instalado neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"A mulher no mundo de hoje exerce uma missão das mais brilhantes e valorosas, conscientes do seu papel de liderança. A missão da mulher não é comercial, mas sim social, humana e cristã. Foi a mulher a escolhida para ser mãe, amiga, ouvinte e conselheira. Se o homem age primordialmente pela razão, e esse é o seu modo de ser, é necessário que a sua companheira saiba ser o seu coração. Em seus momentos de angústia, dúvidas e incertezas é na mulher que o homem busca seu descanso, seu amor, sua paz. Mas, para que isso não seja sonho de poeta, a mulher precisa ser valorizada em todos os sentidos. Receber apoio de todas as formas. Assim, ficamos na obrigação de lutar em busca de uma legislação que possa abrigar a melhor forma de apoio à profissão de TELEFONISTA. Classe integrada, em sua grande maioria (90%) por mulheres.

No Brasil existem milhares de telefonistas, algumas trabalhando em dois ou três empregos, sem garantias e sujeitas a perder o emprego a qualquer momento. Muitas mulheres que exercem essa atividade ganham salário-mínimo, obrigadas pelas circunstâncias a trabalhar em dois setores de atividades ou dobrar o seu expediente normal, trabalhando até mesmo no período noturno para conseguir um rendimento mais razoável. No Paraná a classe nem mesmo possui um Sindicato próprio. As moças que trabalham para a TELEPAR são amparadas pelo Sindicato dos Empregados em Indústrias Telefônicas, porém, não existe um Sindicato específico para as TELEFONISTAS. Neste caso, as maiores prejudicadas são as telefonistas de empresas particulares ou mesmo de órgãos do governo, que não trabalham em indústrias telefônicas, mas que são telefonistas também.

Para que uma Associação de Classe possa desenvolver plenamente suas atividades, criando inclusive um Sindicato forte, há necessidade de se reconhecer oficialmente a profissão. Desta forma, o grande presente para as TELEFONISTAS brasileiras é a REGULAMENTAÇÃO de sua profissão, criando todas as garantias de uma legislação."

Por isso, Sr. Presidente, nobres companheiros, estou encaminhando requerimento à Casa, solicitando o envio de ofício ao Sr. Presidente da República, com cópia aos líderes partidários no Senado e Câmara Federal, sugerindo a REGU-

LAMENTAÇÃO da profissão de TELEFONISTA.

Como todos sabem, no próximo domingo, dia 29 de junho é o "Dia da Telefonista". E este Parlamento presta assim, também a sua homenagem a todas as telefonistas não só de Curitiba, não só do Paraná, como do Brasil, solicitando então aos líderes partidários para que exerçam ações no sentido de fazer valer uma Lei Maior que possa vir regulamentar a profissão das telefonistas.

Era isso, Sr. Presidente, era isso, nobres companheiros. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que o nobre Deputado Tércio Albuquerque trouxe a esta Casa oportunidade para que nós, das oposições, nos manifestemos com dados e elementos válidos.

O Deputado Waldyr Pugliesi já respondeu a esta frase que lemos no discurso do eminente Deputado por Foz do Iguaçu.

"Se as oposições não tiverem alternativas concretas, viáveis, e não souberem consolidar essas alternativas com o apoio popular, saiam do mundo da fantasia e escolham entre o controle inflacionário do atual Governo, com Delfim e Figueiredo, ou a recessão em todas as suas conseqüências, ditadas pela necessidade de controlar a vida econômica e social de qualquer País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de 16 anos, da mais deslavada corrupção passiva e ativa; depois de 16 anos de desmandos e de uma incompetência a toda prova, alguém, uma boa fonte, conforme diz o Sr. Deputado e não é novidade, porque os jornais estão trazendo diariamente estes recados à Oposição, resolve entregar à OPOSIÇÃO, as soluções dos problemas.

Queremos deixar bem claro, em primeiro lugar, que nós, da OPOSIÇÃO, não pretendemos o Governo entregue por quem quer que seja que não seja o povo. Ao povo deve ser devolvido o direito de se auto-determinar, e nós temos certeza que o povo encontrará os caminhos.

Agora, o que não podemos aceitar de parte dos Srs. Deputados, é que não tenhamos apresentado opções. Desde o combate às mordomias, dos pequenos aos grandes problemas das mordomias, até às eleições diretas dos municípios de faixa de fronteira, dos municípios de área de segurança nacional, inclusive com apoio do próprio Deputado Tércio Albuquerque.

E porque não se fazem eleições na faixa de fronteira? Porque a Oposição não quer ou porque os poderosos têm medo de eleições até no Município de Quatro Barras ou de Quitandinha, e, por isso, adiam as eleições?

E por que não falarmos em reforma agrária?

Será a Oposição que fez reforma agrária, entregando a japoneses uma área seis vezes maior que o próprio Projeto Jari? Ou terão sido aqueles que no complexo militar econômico que comanda este País, desgraçam a nossa Pátria.

Mas, o festival de incompetências deste País é tamanho, que não sabemos mais se este País terá realmente condições de sobreviver.

Vejam o que diz a "Folha de São Paulo" de hoje, está aqui: "ELETROBRÁS tem corte de 63% na importação". ELETROBRÁS que, como todos os Srs. sabem, é que está incumbida de explorar os nossos recursos hidráulicos. E ontem ou ante-ontem, ainda nesta Casa se discutia a necessidade de explorar os nossos recursos atômicos, recursos estes, Srs. Deputados, — e vejam os números — que estão a sangrar este País, em tais importâncias, e vou ler aqui o que daria para

fazer apenas com os recursos destinados à exploração de energia atômica neste País: manter a Universidade de S. Paulo, a maior do País, por 230 anos; construir 2.500 milhões de casas ao valor unitário de 500 mil cruzeiros cada uma, 2 milhões e 500 mil casas poderiam ser construídas com o projeto atômico; sustentar 375 hospitais, como o Hospital de Clínicas de S. Paulo, e o nosso Hospital de Clínicas está sendo fechado, 375 hospitais poderiam ser sustentados, Sr. Presidente, com o que se gasta nesta orgia atômica, em que as multinacionais da Alemanha estão a babar de ganhar dinheiro do povo brasileiro.

Poderíamos, ainda, Sr. Presidente, aumentar o orçamento de um Município médio do interior de S. Paulo, de 50 mil habitantes, em 1.150 vezes.

São dados concretos.

E o que fez o Governo, ontem, e que está aqui no jornal? Cortou verbas exatamente do setor da ELETROBRÁS, e amanhã, em agosto, veremos o choro nesta Assembléia, dos homens do Governo, porque a COPEL terá de refluir nos seus programas; porque a COPEL não terá repassado nos seus programas de obras, e terá de parar, e aí, viremos aqui dizer que não há como, porque não há verbas.

Mas, para a NUCLEBRÁS não houve corte de um centavo, como, aliás, não houve corte também, Srs. Deputados, para a PETROBRÁS; e as soluções, a Oposição tem dito, porque não se rationa o combustível neste País? Não se rationa porque o Sr. Mário Carneiro não quer, o Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Auto-Motores (ANFAVEA), não permite que no Brasil haja corte nos combustíveis.

É por isso que não sei, e por isso que a PETROBRÁS não pode ter cortes no seu orçamento. A NUCLEBRÁS não teve cortes, mas a ELETROBRÁS, que tem as condições de explorar 300 milhões de KWA, neste País, teve um corte de 63%. A esse festival de ignorância, a esse festival de incapacidade, repito, somada a uma corrupção passiva e ativa é que nós nos rebelamos. E após 16 anos, quero deixar claro nesta Casa, a Oposição não pretende receber a pecha de ser responsável pelos problemas criados, e não recebemos também de mão beijada de militar algum, o Governo.

Só o receberemos através da mão do povo, porque só através do pacto social com este povo, haverá condições para tirarmos este País da... "esta inflação", de uma inflação junto com a recessão.

Porque, há que se admitir que estamos vivendo um período de recessão, somado, paradoxalmente à uma inflação, a mais galopante, que — diga-se de passagem — não é novidade, porque já se disse — e se comprovou — a inflação é diretamente proporcional à violência da ditadura que vive no País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Marcos Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Enéas Marques.

A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente, lhe é reservado.

O SR. MÁRIO CELSO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo a tribuna, no horário da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, para registrar, aqui, o posicionamento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, com respeito aos noticiários vinculados na imprensa do Paraná.

Diz o Sindicato:

(Lê):

"Os jornalistas do Paraná, reunidos em assembléia para discutir a idéia da revisão da Lei de Imprensa, cogitada pelo Governo, nanifestaram-se contrários à formulação de qualquer instrumento legal que envolva o exercício profissional, sem a sua prévia e ampla discussão e aprovação pela categoria e pelos demais setores da sociedade.

Entendem que as inquietações políticas e sociais não recomendam a revisão da Lei de Imprensa no momento. Somente uma Assembléia Nacional Constituinte, como expressão de legitimidade representativa, poderia, efetivamente, analisar a idéia da chamada "Lei de Responsabilidade", que não pode ser ditada em holocausto às liberdades públicas, aos direitos, e às garantias fundamentais do povo brasileiro.

Impõe-se, antes de qualquer pensamento revisionista, a consideração primordial de que o nosso País é carente de um regime jurídico estável no campo da informação social.

Antes da difusão dos ideais de reforma, é inadiável a tarefa de se elaborar um estatuto que defina a natureza e a extensão dos direitos e deveres da categoria dos profissionais de informação.

O sistema de responsabilidade como reação aos abusos no exercício da liberdade de expressão do pensamento pressupõe a definição clara e incisiva do Jornalista, fundada em sólidas bases de independência e dignidade.

As violações de caráter ético praticadas no exercício profissional podem e devem ser analisadas exclusivamente pelos conselhos de classe, a exemplo do que ocorre com outras categorias."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos totalmente solidários à classe, porque sentimos que o momento é inoportuno para qualquer revisão da Lei de Imprensa.

É claro que o Governo está seriamente preocupado com a "abertura", porque os jornais, tão logo passaram a noticiar algumas verdades, logo sentimos várias vezes levantando-se contra o regime que se instalou no País desde 64, e que acabou por explodir em vários protestos contra a presença do Presidente Figueiredo quando de suas visitas a alguns Estados brasileiros. O Presidente, é claro, e seus assessores, ainda não engoliram o ocorrido em Florianópolis-Santa Catarina, quando ele foi vaiado em praça pública e isso, naturalmente, repercute no seio da Nação, e a Lei de Imprensa então, naturalmente, passa a ser atacada. A preocupação do Sr. Ministro Said Farhat não é outra senão a de controlar os órgãos de comunicação, no que absolutamente estamos em desacordo; entendemos que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná está tomando uma medida muito justa e que vai, naturalmente, abrigar e proteger a classe dos profissionais da Imprensa.

Era apenas isto, Sr. Presidente, apenas para que conste nos Anais da Casa, esta nota oficial do Sindicato.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado à Liderança do Partido Popular, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Quando o cruzeiro cai pela segunda vez em oito dias, atingindo a sua nona desvalorização deste ano, chega o novo aumento da gasolina.

Aumenta outra vez o preço do gás de cozinha, como é conhecido — pois, no orçamento doméstico é dada mais uma cutucada.

E ao lado desses aumentos vem também o aviso de que gasolina e gás, aumentarão de novo no próximo mês.

E já sabemos que estão programados novos aumentos na energia elétrica, água e telefone.

A grande verdade é que vivemos numa espiral de aumentos das mais terríveis e só não aumentam os ganhos.

A Associação dos Professores do Paraná, acaba de enviar expediente ao Sr. Governador, destacando no primeiro item das reivindicações prioritárias os "reajustes salariais semestrais" a partir de julho de 1.980.

Grande é a luta do funcionalismo público contra o achatamento salarial.

E todos esses fatos somados nos levaram a propor nesta Casa um projeto que visa acudir o funcionalismo do Estado.

Estamos propondo uma majoração de 40% nos vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado.

(Lê):

"PROJETO DE LEI N.º 91/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, do Procurador Geral e Procuradores do Mesmo Tribunal, e dos integrantes da Polícia Militar, ficam majorados em quarenta por cento (40%), a partir de 1.º de agosto de 1.980.

Parágrafo Único — O disposto neste artigo aplica-se aos inativos.

Art. 2.º — A gratificação de produtividade prevista na legislação em vigor, bem como o salário-família, ficam acrescidos do percentual estabelecido no artigo anterior.

Art. 3.º — A despesa com a execução da presente Lei, correrá à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.980

a) Dácio Leonel.

Apoio: Fuad Nacli, Gilberto Agiber Filho, Nestor Baptista, Domício Scaramella, Adalberto Daros, Nilso Sguarezzi, Fiori Luiz, Paulo Camargo, João Elísio, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Cyro Martins, Nelson Friedrich, Tadeu Lúcio Machado, Edilson Alencar, Waldyr Pugliesi, Mário Celso, Lineu Turra e Renato Barnardi.

Anexamos ao projeto a seguinte e breve justificativa: (Lê):

JUSTIFICATIVA:

A última correção salarial atribuída ao funcionalismo do Estado, data de 1.º de janeiro último, e se limitou à taxa de 42% (quarenta e dois por cento).

Como tais reajustes visam repor o desgaste sofrido pelos vencimentos ao longo dos doze meses anteriores, o pessoal civil e militar obteve uma correção abaixo dos índices inflacionários admitidos oficialmente para o exercício de 1.979 de modo que iniciou o ano de 1.980 suportando um novo "deficit" salarial.

Dessa forma, o funcionário do Estado que, no início do ano, presumidamente, recebeu a devolução do poder de compra arrancado ao seu vencimento pela corrosiva inflação anterior, devolução essa destinada a "banciar" os futuros doze meses, somente neste 1.º semestre de 1.980, viu sua remuneração inteiramente sufocada pela vertiginosa corrida dos preços de bens e serviços.

Para os demais assalariados, tanto da empresa privada quanto das empresas pertencentes ao poder público, o Governo concedeu o reajuste semestral dos vencimentos, uma espécie de ilha, colocada a meio caminho da longa travessia, onde aquele que vive de remuneração fixa por relação de emprego, toma fôlego para se manter em condições de prosseguir.

No entanto, os funcionários da chamada administração direta foram simplesmente excluídos desse sistema de revisão salarial, como se os seus colegas das sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades assemelhadas fossem pagos com moedas diferentes, de outra procedência, e suas necessidades cotidianas, pessoais e familiares, não fossem atendidas nas mesmas agências comunitárias; ou, talvez, porque as autoridades responsáveis pretendam combater a inflação à custa da penúria de uma pequena parcela da força de trabalho nacional.

Todas as alternativas imagináveis, tendentes a explicar a exclusão do funcionalismo, não se eximem da nota sempre antipática da discriminação.

Este projeto evidentemente não institui a correção semestral dos vencimentos, mas procura equiparar o servidor do Estado a todos os demais servidores assalariados, restaurando, ainda que de modo provisório, a exigência transconstitucional da equidade.

Quanto aos óbices financeiros e orçamentários que, de certo, serão levantados como insuperáveis, conteste-se-os por meio de simples operação aritmética.

Ora, a arrecadação pública estadual, salvo incúria administrativa, deve ter crescido na proporção da elevação dos preços em geral, porquanto as alíquotas tributárias, incidem no total das operações mercantis em todas as suas etapas. De sorte que a previsão da receita para o corrente exercício há de estar superada, no mínimo, em percentuais idênticos aos oferecidos pela espiral inflacionária.

E, por fim, registre-se que não se está concedendo um aumento de vencimentos aos servidores da administração direta, mas pura e simplesmente corrigindo os vencimentos — congelados há muitos anos — na proporção das perdas verificadas no semestre que chega ao fim.

Estas são as razões da justificativa, ao projeto que apresentamos nesta Casa à Mesa Executiva, porque entendemos, que é preciso que este Poder tome posição urgentemente, pelo menos para evitar que a fome também possa agravar por aí.

Sr. Deputado Deni Schwartz, com satisfação.

O Sr. Deni Schwartz — Sr. Deputado.

Há pouco falávamos do problema se o Brasil vive ou não um processo de recessão. E parece que Vossa Excelência toca num dos pontos que comprovam estarmos em recessão.

Ontem, o Sr. Presidente da República, declarava à televisão, de que não poderia levar água ao Nordeste porque isso seria muito caro e ele não teria dinheiro para pagar funcionários. Quer dizer, o próprio Presidente da República hoje, está admitindo de que não tem dinheiro para pagar funcionários, dizia ele, ontem, no Jornal Nacional.

Se fala que não tem dinheiro aqui no Estado para pagar funcionários, mas, um exemplo saído desta Casa, da Assembléia Legislativa, deveria ser de imediato adotado, por exemplo, pelo Poder Executivo. Esta Casa teve por bem eliminar as empresas particulares que através de intermediários exploravam o Poder Público e exploravam também o trabalhador.

Muitas vezes, isso foi visto, um trabalhador custava para a Assembléia Cr\$ 10.000,00 por mês e este mesmo trabalhador embolsava apenas cerca de Cr\$ 2.990,00.

Nesse meio, um intermediário bancava e ganhava. O que nós vemos hoje nas nossas empresas estatais, nas nossas autarquias, nas nossas empresas de economia mista? Um aparato bélico: ninguém entra na COPEL se não tiver Carteira de Identidade; é impressionante, têm medo que matem o Presidente da COPEL. Mas Deputado, aqui entra e sai, quem quer afinal de contas somos homens do povo e gerimos coisas do povo.

Se, o Sr. for entrar na TELEPAR, o aparato é outro.

Todos com pessoas pagas a firmas particulares, explora-se o miserável do trabalhador, explora-se o Poder Público e no meio ficam os que ganham dinheiro. Talvez o dinheiro aparecesse, inclusive para pagar o funcionalismo com melhores condições pelo menos para fazer frente à inflação galopante, se nós geríssemos melhor os nossos recursos, se os nossos homens de cúpula não ganhassem tanto e os que estão em baixo realmente fazendo as tarefas de Estado, ganhassem mais.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Deputado Deni Schwartz, agradeço a ilustração muito honrosa de Vossa Excelência ao nosso pronunciamento e Sr. Presidente, eram essas as nossas palavras.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra no horário da liderança do PDS, por dez minutos ao nobre Deputado Gabriel Manoel e cinco minutos para o Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao encerrarmos este período, talvez hoje seja o último dia, porque na segunda-feira teremos o recesso de trinta dias, olhamos, vimos e escutamos a Oposição a se esbaldar, a Oposição a atacar o Deputado Tércio Albuquerque, como se ele tivesse vindo a esta Assembléia com o crivo da ditadura.

Mas, se a Oposição tem os votos populares, se tem os votos dos homens do Paraná, o Deputado Tércio Albuquerque também veio a esta Assembléia com quase vinte mil votos cotejando, lutando contra a adversidade e contra as intempéries e contra tudo e hoje está sentado, com muita honra para nós, em uma cadeira representando o partido que nós também temos a honra de representar.

Se ele tem um ponto de vista, se o seu ponto de vista é este, se o nosso ponto de vista é a dilatação de prazo dos mandatos de Prefeitos e Vereadores, estamos aqui também defendendo uma facção. Se as oposições nos obrigam e nos dizem que estamos numa ditadura, também o ponto de vista dos Srs. Deputados da Oposição é uma ditadura, porque eles querem fazer prevalecer o seu ponto de vista sem dar um momento, sem dar trégua para que nós também possamos nos fixar dentro do nosso ponto de vista.

Queremos dizer aos nobres companheiros da Oposição, que nós também viemos aqui a esta Assembléia pela quarta vez, com o voto do povo paranaense, representando uma pequena parcela deste povo que votou em seus candidatos como votou nos candidatos da Oposição. Agora, o povo é sábio, e a voz do povo é a voz de Deus, como diz o adágio popular. Vejam Srs. Deputados, veja Sr. Presidente e veja a imprensa do meu Paraná, se nós fôssemos tão ignóbeis, se fôssemos homens marginalizados, se fôssemos ditadores, não estaríamos aqui como a maioria absoluta. Não estaríamos aqui, Sr. Presidente, como a maioria de homens também voltados para as causas do Paraná e do Brasil.

Atacar e criticar é fácil. As soluções que nós pedimos, as soluções que o Deputado Tércio Albuquerque luta em defesa de sua Foz do Iguaçu e adjacências é a solução democrática. Porque ele não veio aqui com uma ditadura. Ele veio aqui guinado pela vontade de seus eleitores, como também vieram respeitosamente os Deputados da Oposição.

Estamos aqui e queremos que nos respeitem, queremos porque o nosso voto, o voto da nossa bancada do PDS que à mercê de Deus é a maior bancada do Paraná não veio aqui com Decreto Presidencial, com decreto do Governo. Veio aqui com decreto do povo e avalizada pelo voto popular. É por isso que essa pecha não levaremos mais porque faça-se um cotejo da vontade do povo do Paraná, vejam e somem-se os votos da Situação e da Oposição. Os nossos votos também foram tomados palmo a palmo; fomos buscar os votos de

nostros companheiros, dos homens de mãos calosas, que puxam o rabicho do arado e o cabo da enxada porque também sabemos derramar o nosso suor, também sabemos lutar, também temos o nosso ponto de vista. Não vamos escutar passivos as críticas que a Oposição faz. Estamos num governo democrático.

Escutamos o pronunciamento do nosso Líder, Deputado Erondy Silvério, ao dizer que na Rússia, ao dizer que em Cuba, as Oposições não podem falar, se não vão para o paredão. Aqui falamos, nós Deputados da Situação e da Oposição, criticamos Ministros, criticamos os homens que estão errados.

Pediria vênica ao Deputado Tércio Albuquerque, porque não tenho procuração para defendê-lo, mas o faço porque é um companheiro nosso que é atacado injustamente, um companheiro que não veio aqui por decreto governamental, que veio dignamente, como os companheiros da Oposição. Viemos aqui referendados pela maioria popular, esmagadora. Viemos sem demagogia, porque o respeito ao nosso povo, respeito ao nosso mandato, o respeito à Assembléia Legislativa, é o que precisa haver.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Praga Côrtes) No horário restante à Liderança do PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Difícil, porque não dizer, impossível testemunhar a minha satisfação e a minha sincera alegria de ter sido hoje, nesta Casa, alvo de críticas de Deputados da categoria de Waldyr Pugliesi e de Deni Schwartz. Deputados estes, que tem representado, nesta Casa, suas regiões e têm discutido a nível excepcional, a problemática da política brasileira.

Atentamente procurava analisar os fatos, ontem desta tribuna, com referência à situação política, econômica e financeira do nosso País. Chegávamos a uma observação maravilhosa de que temos alguns caminhos a escolher para controlar a inflação de nosso País. Inflação esta que não é apenas gerada por problemas eminentemente nacionais, mas sim, até mesmo por problemas internacionais que temos que enfrentar.

Mas, o Sr. Waldyr Pugliesi e o Sr. Deni Schwartz apenas apegaram-se a uma única frase, ao final do nosso pronunciamento. E não procuraram analisar a profundidade do mesmo, quando em diversos itens de nossas palavras, fazíamos também referência a programas partidários que teremos que enfrentar, dizendo da satisfação e até estranhando que o nosso partido, o PDS, que dá sustentação ao Governo Federal e aos Governos Estaduais, está no luxo de ter um programa excepcionalmente bom para a Pátria brasileira e seu povo.

Mas dizia também que os programas dos demais partidos políticos, que estão iniciando seus primeiros passos, para consolidar a sua formação juridicamente através das filiações partidárias eram realmente bons. Mas quem os dirige? Será que são bons os homens que estão à testa dos futuros partidos políticos do nosso País? Do PDS, do PTB, do PMDB, do PT, do PTD? Será, meus Senhores, meus caros Deputados, Sr. Presidente, que nós realmente apenas estamos fixados na análise dos programas partidários, ou temos que analisar figuras que estão a nos dirigir? Se no passado já demonstraram fraquezas? Se no passado já tiveram oportunidade de dirigir partidos políticos e não os fizeram cumprir com o programa partidário?

Também em outro item analisamos de que dois tipos de conselheiros, nós políticos temos que carrear-los para nós. E estes tipos eu analisava da seguinte maneira: particularmente

dois tipos de analistas podem dar contribuição aos políticos, para a formação de estratégia, de comandos políticos.

Aqueles que detém conhecimento sobre o processo de decisão e comando das forças dominantes. E aqueles que sabem captar os sinais do movimento e das aspirações populares. E fazendo isto, fomos dos primeiros Deputados que nesta Legislatura nos pronunciamos porque na realidade representamos a área considerada de "Segurança Nacional", e de "Faixa de Fronteira", solicitando ao Governo Federal, que fizesse, que reavivasse o processo eleitoral, já que se diz que vamos redemocratizar este País. E nós só acreditamos na redemocratização através do voto popular. E essencialmente, quando ele for realizado de dois em dois anos, porque só através do voto se pode exercitar a Democracia em qualquer País do mundo.

Mas não aceitei as referências dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi e Deni Schwartz, como crítica a esse Parlamentar. Mas sim, como crítica até mesmo a um sistema político. E que nós estamos convivendo com ele. E aceitando-a acima de tudo, quer seja a Oposição, como a Situação, as regras do jogo, porque senão nós não estávamos aqui. Mesmo através do voto popular, porque nós queremos enfatizar de uma maneira muito especial, que nós queremos as eleições diretas para todos os cargos desta Nação, porque jamais participei de um cargo, que não fosse pelo voto popular, quer seja como Vereador, quer seja como Deputado. Apenas assumi em época, a Prefeitura Municipal do Município que represento, Foz do Iguaçu, mas que considero que fui lá pelo voto popular, porque fui o Vereador mais votado. Eleito Presidente da Câmara, assumi interinamente, por quê? Porque os próprios Vereadores eleitos pelo povo nos levaram à condição de Presidente e por força de uma lei, substituto legal do Sr. Prefeito Municipal.

O Sr. Mestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Tércio Albuquerque, nós acompanhamos ontem o seu pronunciamento com colocações em certa parte até brilhante, perdendo-se no meu entendimento, apenas no final.

Devemos respeitar o programa de cada partido. Mas, me causa uma preocupação até profunda: como se acreditar no programa de um Partido o qual tem governantes que não respeitam nem a Constituição Brasileira?

Isto nos deixa numa situação bastante delicada. E tenho a impressão que vivemos num País de ficção, e estando em ficção, porque o próprio Governo assim desejou. E quando se fala em algo concreto, parece fantasia. Porque vive o nosso regime, autêntica ficção. E temos no nosso Paraná, exemplos concretos e que não podem ser chamados de fantasia, uma área à qual tenho me dedicado, a educação, onde temos, em 1.980, 500 mil crianças, entre 7 e 14 anos, sem condições de freqüentar a escola do nosso Estado.

Na área da saúde, os problemas todos os dias vão se sucedendo. Tivemos a semana passada problemas com o Hospital de Clínicas, porque não havia verbas. Verba para a educação, que em 1.964, era de 10% do orçamento da União; passou, depois, para 12%, e hoje, apenas, 4% do orçamento é destinado para a educação demonstrando que não há uma preocupação do Governo para com a educação e para com a saúde.

Em Piraquara temos um hospital que iniciou sua construção, e milhões de cruzeiros foram investidos para a construção do prédio, com dinheiro do FAS, e este prédio está lá abandonado, está entregue ao tempo, está se acabando, e o dinheiro onde está?

Houve uma parcela do financiamento, e depois o FAS disse que não havia mais dinheiro.

Perto, ainda, de Curitiba, na cidade de Quitandinha,

existe um hospital também financiado pelo Governo, na sua primeira parcela, que cabe quase toda a população de Quitandinha, e está lá o prédio abandonado e o povo também.

Porque, em Quitandinha se alguém ficar doente no sábado ou no domingo, tem que vir para Curitiba, a não ser que se coloque uma placa lá em Quitandinha dizendo que é proibido ficar doente no sábado e no domingo, e avisar as cobras também, do mato, que não podem dar picada em ninguém no domingo porque não tem médico para atender.

Realmente é uma fantasia muito grande que nós enfrentamos.

Para concluir, Sr. Presidente.

Agradeço, de início, as palavras do Deputado Gabriel Manoel. E agora, o aparte do Deputado Nestor Baptista.

Apesar de não haver espaço para responder o aparte de Sua Excelência o Deputado Nestor Baptista, apenas queria dizer que um País em franco desenvolvimento, tem problemas, e se não os tivesse, o que seria da Oposição? O que teria ela para criticar?

Aceitamos de que estamos em uma época política de renovação no quadro histórico da sua vida brasileira, porque todos nós - a Oposição e a Situação - esperamos que se mude na totalidade o sistema político institucional brasileiro, ou que se dê uma modificada para se chegar aos reclamos da população brasileira.

E, respondendo ainda, ao Deputado Waldyr Pugliesi, nós não somos daqueles subservientes.

Todos os meus pronunciamentos nesta Casa, foram embasados numa análise fria e com responsabilidade.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo, por cinco minutos ao nobre Deputado Nilton Friedrich, e no horário restante, ao Deputado Renato Bernardi.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O principal assunto que nos traz à tribuna, tocaremos em seguida.

Antes de mais nada, um pequeno aspecto de um requerimento que está na Mesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

"O Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, o Diretor Presidente da EMATER, Representante do IAPAR e outras autoridades ligadas à agropecuária do Paraná, estão numa viagem à Iugoslávia para averiguar, conhecer, um produto chamado AGROSTEMIN considerado estimulante biológico de origem vegetal".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é assim que agem os grupos estrangeiros no País: levam as nossas autoridades para uma viagem às custas da empresa, ao que consta, para ir lá conhecer um produto que, na verdade, há mais de três anos está em uso no Brasil, sem nenhum resultado milagreiro, como prometeu os seus prospectos coloridos e lindos.

E agora, ainda vão nossas autoridades para, talvez, indo lá, receberem as últimas informações de como, através de uma campanha oficial, espalharemos pelo solo paranaense.

Será que o IAPAR não poderia fazer isso?

Há necessidade de ir à sede da indústria?

Antes de tudo, é preciso que nosso Governo crie vergonha, e faça aqui, a nossa tecnologia e a nossa experiência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o principal assunto que nos traz à tribuna é para levantar mais uma contradição do Governo.

A contradição do Governo Ney Braga, que acaba de encaminhar um convênio de cooperação técnica e financeira, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Admi-

nistração e Planejamento e a Universidade do Paraná, com o objetivo de se elaborar uma pesquisa de opinião pública para levantar as necessidades da comunidade e identificar as lideranças formais e informais, do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cinco milhões de cruzeiros de um convênio que deverá se encerrar no dia 30 de setembro de 1980.

Ora, Sr. Presidente, o Governo dá, aqui, o atestado ao PDS que não existe liderança no Estado do Paraná. Que também os outros Partidos não as possuem.

Por que, quais são as lideranças para este Governo, que tem que fazer um convênio, do qual temos cópia, nas principais cidades do Paraná, conforme o próprio mapeamento define, gastando cinco milhões de cruzeiros, para descobrir as lideranças formais e informais do Estado?

Num momento de crise nacional, num momento de situação crítica do Estado, cinco milhões de cruzeiros para a Universidade que também está em crise, por outras razões, o Governo pretende investigar quais são as lideranças formais e informais que existem no nosso querido Estado.

Ora, não há verbas para a Universidade andar por si, está em dificuldades críticas, mas há verba, agora para uma pesquisa, buscando a finalidade exposta.

E com detalhe que estarece: o ilustre Reitor da Universidade assinou convênio antes do Conselho de Administração da Universidade ter discutido a matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois estudantes, representando a classe, votaram contra, com justificativa.

Esperemos que, ao menos no corpo do processo, conste essa justificativa.

Agora, o absurdo, a contradição, no momento em que este Parlamento encerra seu primeiro semestre de atividades do ano, leve consigo a pecha, na testa, a incapacidade de liderança do Estado, que é dada pelo Sr. Governador do Estado, através de um convênio dessa espécie.

Porque cada Deputado, principalmente do Governo, tem que fazer, aqui, um ato de contrição e responder a este Governo se há, ou não há lideranças nesta Casa; se há ou não há lideranças nas cidades do interior que representam.

Se existem vereadores, se existem lideranças comunitárias, nas diversas entidades, que possam ser lá formalizadas.

Porque fazer um convênio, com 90 dias de ação, gastando cinco milhões de cruzeiros, para descobrir as verdadeiras lideranças formais e, ainda, as lideranças informais, é, na verdade, dar o recibo de que aqui não há liderança, que os Deputados do PDS não lideram nada, ou ao menos, colocam em dúvidas, essas lideranças, porque têm que pesquisar quais são as verdadeiras.

Concluo, Sr. Presidente, deixando aqui, deprimido, ao final deste semestre, de que como se abusa do dinheiro público, como se busca desviar as atenções!

Não há verbas para o estudo, para a universidade, mas há verbas para testar as Lideranças do Estado que estão nesta Casa, de que elas, na verdade, não são Lideranças - ou, há dúvida sobre elas?

Até quando, Sr. Presidente?

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário restante à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A solidariedade que deve existir entre os povos é, sem dúvida alguma uma das grandes conquistas da humanidade na sua valorização e, acima de tudo, na sua marcha dentro do processo da evolução e da civilização internacional.

A opinião pública internacional, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estarrecida assistiu, a 24 de março de 1980, nos noticiários dos grandes órgãos de comunicação, quando forças da extrema direita assassinaram, na Catedral de El Salvador em pleno ato da Consagração do Pão e do Vinho, o Arcebispo. Don Oscar Arnulfo Romero que, naquele momento encarnava a luta do povo salvadorenho, contra um sistema escravocrata de quase 400 anos; mas, se de um lado, Srs. Deputados, a opinião pública internacional se comovia com este assassinato, hoje, entretanto, há uma verdadeira cortina de fumaça para que não se vejam as dezenas de assassinatos que se realizam diariamente, naquela pequena porção da América Central; de 01 de janeiro de 1980, Sr. Presidente, até 31 de maio deste mesmo ano, cerca de 10.000 irmãos nossos, salvadorenhos, foram assassinados seja pelas forças de repressão, seja pelos grupos armados para-militares de extrema direita, seja pelos capangas dos grandes detentores do poder econômico e do poder fundiário daquele País.

Fôssemos passar isto para o nível do Paraná, nós teríamos um nível de 22.000 assassinatos em apenas cinco meses; fôssemos passar isto para o nível proporcional do Brasil, nós teríamos em cinco meses, cerca de 400.000 assassinatos, e, em razão disto, vendo-se e sentindo-se um verdadeiro genocídio que se pratica contra um povo que luta em busca do seu direito básico e fundamental de viver e de trabalhar, algumas entidades reuniram-se nestes dias, e resolveram formar o Movimento de Solidariedade ao povo salvadorenho, entidades essas hoje encabeçadas pelo Centro Latino Americano de Forças Democráticas, pelo Comitê Brasileiro de Anistia, pelo Diretório Central de Estudantes, pela União Paranaense de Estudantes Secundários, pela Associação de Professores do Paraná e por outras entidades que estão se agregando a esta mesma luta de solidariedade ao povo salvadorenho.

Um País com uma área territorial de 21.000 km² correspondendo a 1/10 da área territorial do nosso Estado do Paraná. Um País com uma população de quase cinco milhões de habitantes, correspondendo à metade da população do nosso Estado do Paraná, tem, entretanto, problemas gravíssimos que são comuns a todas as áreas subdesenvolvidas do Terceiro Mundo.

Uma faixa de analfabetismo, de cerca de sessenta por cento.

As terras agricultáveis e produtivas nas mãos de cerca de 14 famílias e mais do que isto, Sr. Presidente, mais do que isto, Srs. Deputados, desde 1932 quando se tornou moda nos países do mundo, implantarem-se regimes facistas de extrema direita, desde então, El Salvador vem sendo dominado por uma oligarquia que agora a mão armada, a mão militar, reprime, tortura, mata, assassina, principalmente, as forças mais representativas do quadro social neste País.

Veja-se que nesta semana, foram assassinados cerca de oito médicos, mais de dois enfermeiros, oito agrônomos, provando que para um País subdesenvolvido, custa tão caro, custa tanto suor, tanto sangue e tanto sacrifício a formação de uma mão-de-obra qualificada, preparada, qual seja, de um médico, de um agrônomo ou de um enfermeiro.

Mas, basta apenas que haja uma adesão emocional mesmo que ela não se dê no plano racional, que haja uma adesão amorosa desses profissionais, à causa da solidariedade, da angústia do povo marginalizado, para que grupos para-militares e de extrema direita se sintam no direito de curador, assassino e arbitrário de invadir clínicas, invadir escritórios de profissionais liberais e pura e simplesmente, resolver no argumento da metralhadora, aquilo que não consegue no debate livre e franco das idéias.

Em razão disto, está sendo formado e constituído, foi ontem, o movimento de solidariedade ao povo salvadorenho, que é a primeira entidade criada no Brasil, aqui em Curitiba, mas, que acredito, deve representar acima de tudo, Sr. Presidente, um estado de espírito do povo brasileiro, que se solidariza

com a luta comum de todo o povo espoliado e explorado da América Latina.

Porque é bem de se ver, Sr. Presidente, que se hoje a América Latina como um todo, enfrenta problemas seríssimos fundiários, problemas seríssimos e angustiantes na área educacional, se hoje, nós assistimos, a uma acelerada marcha de urbanização em que o homem do interior perde a sua identidade cultural, perde a sua identidade rural e vai vegetar em condições infra-humanas, nos grandes conglomerados urbanos, numa região eminentemente agrícola, é de se supor que se os efeitos são os mesmos em toda a América Latina, as causas seguramente, também são as mesmas.

E, aí daquelas nações, que pela sua extensão territorial, não oferecem maiores atrativos para que o centro internacional da opressão e da exploração possa determinar nessa geográfica um sub-centro decisório.

Então, esta Nação, esta população está destinada a uma situação de opressão e, acima de tudo, de marginalização total e absoluta.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o espírito de solidariedade de que deve existir entre os povos não pode conhecer a estreiteza dos limites geográficos.

Porque tem a humanidade valores conquistados no decorrer dos séculos, dentro do seu acervo de conquistas humanas em que a liberdade, Sr. Presidente, é a grande característica da criatura humana e a democracia deve ser o grande instrumento para a preservação desta característica e desta qualidade que diferencia o homem de toda e qualquer outra criatura vivente na face da terra, conseqüentemente a solidariedade entre os povos não pode conhecer limites.

Limites de ordem geográfica, limites de ordem econômica, limites de ordem social.

E neste pronunciamento que fazemos no encerramento deste semestre legislativo, queremos fazer um apelo não apenas aos nossos companheiros do PMDB, mas também aos nossos companheiros das alternativas de oposição como o PTB e o PP, para que se solidarizem conosco nesta luta, em favor, acima de tudo, da valorização das grandes conquistas morais da civilização humana e que hoje na América Central, num verdadeiro genocídio que a ditadura militar lá implantada, está fazendo sobre aquele povo, representa acima de tudo um crime que se comete contra a humanidade, e, por via de conseqüência um crime que se comete contra a América Latina e um perigo iminente a todo o povo brasileiro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 125/79, (Mens. Goern. n.º 94/79), que revoga o Parágrafo Único, do Artigo 142, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, introduzido pela Lei n.º 6762, de 23/12/75, e modificado pela Lei n.º 7071, de 28/12/78. (Vantagens na aposentadoria a funcionários com mais de 50 anos de serviço). - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 125/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revogado o parágrafo único, do artigo 142, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, introduzido pela Lei n.º 6762, de 23 de dezembro de 1975 e modificado pela Lei n.º 7071, de 28 de dezembro de 1978.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 29/80, que denomina Arnaldo Faivro Busato, a Escola de 1.º Grau localizada no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 29/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Deputado ARNALDO FAIVRO BUSATO, o Ginásio Estadual, localizado no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 35/80, (Mens. Govern. n.º 34/80), que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinado ao pagamento de pensão especial à viúva e aos filhos de servidor estadual do Tribunal de Justiça, falecido em consequência de acidente em serviço, na forma da Lei.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 35/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinado a atender despesas com pensionistas do Tribunal de Justiça, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
UNIDADE:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNÇÃO:	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
PROGRAMA:	PREVIDÊNCIA
SUBPROGRAMA:	PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS
ATIVIDADE:	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
DOTAÇÃO:	0501.15824952.031
3.0.0.0 —	DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 —	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.5.0 —	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS
3.2.5.2 —	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS — PENSIONISTAS Cr\$ 100.000,00.

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância das dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça constantes do vigente Orçamento Geral do Estado, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

UNIDADE:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNÇÃO:	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
PROGRAMA:	PREVIDÊNCIA
SUBPROGRAMA:	PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS
ATIVIDADE:	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
DOTAÇÃO:	0501.15824952.031
3.0.0.0 —	DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 —	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.5.0 —	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS
3.2.5.1 —	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS — INATIVOS Cr\$ 100.000,00

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 46/80, que declara de utilidade pública, o "Serviço de Assistência da Igreja Pentecostal Filadélfia", com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 46/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA DA IGREJA PENTECOSTAL FILADÉLFIA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 60/80, que cria no Município de Nova Aurora, o Distrito Administrativo de Marajó, com sede na localidade do mesmo nome, com as divisas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 60/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Aurora, o Distrito Administrativo de Marajó, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

— ao Norte e Nordeste, limita-se com o Rio Piquiri, iniciando na foz do Ribeirão Jong Kong junto ao lote n.º 01 do Bairro Figueira 1.ª parte; e subindo pelo Rio Piquiri até alcançar a estrada São Paulo junto ao lote n.º 280 do Bairro Figueira 2.ª parte; ao Sul, limita-se com a estrada São Paulo, subindo por esta até alcançar o Ribeirão Jong Kong junto ao lote n.º 53 do Bairro Figueira 2.ª parte; ao Oeste, limita-se com o Ribeirão Jong Kong, iniciando na altura da estrada São Paulo e descendo por este até alcançar o Rio Piquiri, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/80, de autoria

do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a decretar feriado estadual o dia 05 (cinco) de julho de 1980, em homenagem à visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II, ao Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Apreciado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando alteração do número de membros da Comissão que trata de problemas relacionados com a Ilha do Mel.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Dácio Leonei, na condição de Líder do Partido Popular, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Edilson Alencar para compor a Comissão Especial que avaliará a situação da Ilha do Mel.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Adalberto Daros, para compor a representação do PTB, na Comissão Especial que estudará assuntos relacionados com a Ilha do Mel.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Francisco Escorsín, Gabriel Manoel, Aguinaldo Pereira Lima, Renato Bueno e José Domingos, para comporem a Comissão Especial que avaliará a situação da Ilha do Mel.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Deputado Federal Samir Achoa (PMDB-SP), consubstanciado em voto de apoio e congratulações pela apresentação do projeto de lei que disciplina a convocação de escolares para comparecimento a solenidades públicas.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

17 Srs. Deputados o aprovam;

01 Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, convocando uma sessão extraordinária dentro de cinco minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/80.

Levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 74.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1980

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Mário Celso.

Às 11,30 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanflorezi, Cyro Martins, Dácio Leonei, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsín, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a decretar feriado estadual o dia 05 (cinco) de julho de 1980, em homenagem à visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II, ao Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando dispensa de publicação de Redação Final, para o Projeto de Lei n.º 69/80. Em votação.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Departamento Legislativo
Coordenadoria de Imprensa Legislativa